

**COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA,
EXTENSÃO E CULTURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES
ÉTNICO-RACIAIS NO ENSINO BÁSICO (EREREBÁ)**

Aline Regina Cardozo de Brito

**CARTAS AFROMEMORIALÍSTICAS PARA
MINHA AVÓ:**
Pelo nosso direito à literatura-negra-feminina

Rio de Janeiro
2025

Aline Regina Cardozo de Brito

CARTAS AFROMEMORIALÍSTICAS PARA MINHA AVÓ:
Pelo nosso direito à literatura-negra-feminina

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de artigo científico apresentado ao Programa de Especialização em Educação das Relações Étnico-raciais no ensino básico (EREREBÁ) vinculado à Pró-reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Educação das Relações Étnico-raciais.

Orientadora: Professora Dra. Silvia Barros da Silva Freire.

Rio de Janeiro
2025

COLÉGIO PEDRO II

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA

BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER

CATALOGAÇÃO NA FONTE

B862 Brito, Aline Regina Cardozo de
Cartas afromemorialísticas para minha avó : pelo nosso direito à literatura-negra-feminina / Aline Regina Cardozo de Brito. - Rio de Janeiro, 2025.

34 f.

Artigo Científico apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação das Relações Étnico-Raciais no Ensino Básico (Ererebá)) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Sílvia Barros da Silva Freire.

1. Relações étnico-raciais – Estudo e ensino. 2. Literatura brasileira - Escritores negros. 3. Escritoras negras. 4. Ancestralidade. 5. Correspondência - Memórias. 6. Epistemologia social - Questões raciais. 7. Pedagogia Sankofa. I. Freire, Sílvia Barros da Silva. II. Colégio Pedro II. III. Título.

CDD 305.8

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB-7: 5692.

Aline Regina Cardozo de Brito

CARTAS AFROMEMORIALÍSTICAS PARA MINHA AVÓ:
Pelo nosso direito à literatura-negra-feminina

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de artigo científico apresentado ao Programa de Especialização em Educação das Relações Étnico-raciais no ensino básico (EREREBÁ), vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Educação das Relações Étnico-raciais.

Aprovado em: 26/04/2025.

Banca Examinadora:

Professora Dra. Silvia Barros da Silva Freire (Orientadora)
PROPGPEC

Professora Me. Caroline da Matta Cunha Perez (membro interno)
PROPGPEC

Professora Me. Danielle Christina do Nascimento Oliveira (membro externo)
Colégio Pedro II

Rio de Janeiro
2025

CARTAS AFROMEMORIALÍSTICAS PARA MINHA AVÓ: Pelo nosso direito à literatura-negra-feminina

Aline Regina Cardozo de Brito

Resumo: O presente artigo traz à tona a literatura-negra-feminina como parte de um processo pedagógico primordial e como uma outra maneira de se pensar/ler o Brasil a partir de enfoques negro-epistemológicos. Logo, tal literatura deve ser escrita/pensada/lida como um direito da população brasileira, principalmente no que tange às populações afro-diaspóricas. Em consequência, através da escrita de cartas “endereçadas” a uma ancestral - minha avó - (re)afirmo a escrita literária das mulheres negras através dos tempos. Neste caso, minha avó seria, na realidade, o corpo coletivo de nossas avós: uma representação onipresente de nossas antepassadas cujas histórias-*escreviventes* se entrelaçam a outras vidas afro-diaspóricas e a personagens/aspectos da literatura-negra-brasileira. Apoiado por características afro-éticas e afro-estéticas, este processo literário cria um movimento metodológico cujos caminhos levam a uma Pedagogia Sankofa necessária e urgente. Esse movimento deveria ser indissociável do desenvolvimento da criticidade discente nas escolas, além de estar em consonância com a Lei no. 10.639/2003, visto que seus parágrafos defendem o uso da cultura africana e afro-brasileira inseridas na prática das instituições educacionais.

Palavras-chave: cartas afromemorialísticas, (direito à) literatura-negra-feminina, negro-epistemologia, Pedagogia Sankofa.

AFROMEMORIAL LETTERS TO MY GRANNIE: the right to Black-female-literature

Abstract: This article brings to light Black-female-literature as part of a primordial pedagogical process and as another way of thinking/reading Brazil from a black epistemological perspective. Therefore, such literature must be written/thought/read as a right of the Brazilian population, especially with regard to Afro-diasporic populations. Consequently, through the writing of letters “addressed” to an ancestor (my grandmother), I (re)affirm the literary writing of Black women throughout time. In this case, my grandmother would be, in reality, the collective body of our grandmothers: an omnipresent representation of our ancestors whose stories (*escrevivência*) intertwine with other Afro-diasporic lives and with characters/aspects of Black Brazilian literature. Supported by afro-ethical and afro-aesthetic characteristics, this literary process creates a methodological movement whose paths lead to a necessary and urgent Sankofa Pedagogy. This movement should be inseparable from the development of student critical thinking in schools, in addition to being in line with Law 10.639/2003, given that its paragraphs defend the use of African and Afro-Brazilian culture inserted into the practice of educational institutions.

Keywords: afromemorial letters, (the right to) Black-female-literature, Black epistemology, Sankofa pedagogy.

NOTA DE ABERTURA

Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 2025.

Caríssimas leitoras e leitores:

Início esse artigo refletindo sobre o momento político no qual o Brasil se afunda: um perigoso processo de polarização que vem se arrastando desde 2016-2018. Em face à ascensão de uma pernicioso extrema-direita, somos conduzidos ainda hoje a um esquecimento do passado, da história e de outras maneiras de viver possíveis.

Sobrevivemos num mundo tecnológico tão facilitador das comunicações e tão (supostamente) aproximador das distâncias. Em tempos de WhatsApp, e-mails e Instagram, tal 'aproximação' causa a sensação de termos nos afastado da nossa humanização. Sinto o sistema fazendo força para continuar apagando o passado e seguir exterminando nossa memória afro-indígena – uma memória já historicamente borrada pelo processo de colonização ainda tão latente. E, nós, puxando a outra ponta da corda para seguir com nossos passos longínquos. E viva a Iemanjá pelo dia de hoje e toda força feminina representada por ela!

Sento para digitar com olhos na tela, mas com meu pensamento-ori voltado para trás. Creio que a escritora Carolina Maria de Jesus dividiria essa angústia comigo. Espero dar conta dessa missão escrevendo com tantas outras escritoras negras insurgentes. Até as próximas páginas!

Aline Brito

1 INTRODUÇÃO

Lei áurea,
que estais nos livros,
santificando diversos nomes,
deixai a nós, o nosso reino
pois não fazemos a tua vontade,
aqui na terra nem lá no céu.
O pão nosso de cada dia
fazemos hoje.
para convosco não termos dividas,
nem para com ninguém,
que nos tenha ofendido.
Livrai-nos-emos do vosso mal.
Amém.
Oração da rebeldia
Geni Guimarães.

A gênese deste estudo surge das discussões sobre ancestralidade na disciplina *Cosmogonias africanas e indígenas* apresentada pelo professor Arthur Baptista no segundo semestre de 2023. A referida disciplina é parte da Especialização em Educação das Relações Étnico-Raciais no Ensino Básico (EREREBÁ) oferecida pelo Colégio Pedro II. Ainda no mesmo semestre, essa busca ancestral se entrelaçou à minha paixão pela literatura negra através da disciplina *Literatura de autoria negra e indígena* ministrada pela professora Dra. Silvia Barros, minha cara orientadora. Tomada pela necessidade de escrever um trabalho final a ser defendido para conclusão do curso, brotou em mim o desejo de escrever cartas baseadas nas memórias de minha avó materna Carmelinda Fonseca, minha Pretinha. Ao criar esse vínculo póstumo com minha interlocutora, tive a intenção de proporcionar uma fruição literária retirada de sua vida no século passado. Ou seja, neste texto devolvo a ela o direito à literatura através das cartas por mim escritas.

Sendo as cartas a expressão do direito, estruturo-as dentro desse estudo acadêmico fundamentadas/sustentadas por minhas observações (e certos incômodos) a partir do ensaio *O direito à literatura* de Antonio Candido (1988). Consequentemente, questiono a necessidade do direito ao acesso à literatura negra dentro do nosso país, principalmente para as próprias populações negras, pois ainda é nítida a manutenção da estrutura social euro-colonizadora que inviabilizou a percepção de múltiplos destinatários indígenas e invisibilizou a escrita de tantos outros afro-remetentes na diáspora. A própria escrita desse texto é também uma forma de exigir nossos direitos.

Através da contação de histórias, canções e poesias, minha avó marcou minha juventude. Por ela e por nós, enalteço a escrita das mulheres negras nas literaturas brasileira e

universal como um movimento teórico-metodológico ainda necessário e urgente. Assim, ao escrever cartas para minha ancestral, pontuo a importância da escrita de mulheres negras para a cultura nacional sob diversos aspectos: 1) exalto a possibilidade científica de aprender através da literatura negra feminina enaltecendo suas negro-epistemologias e escritas; 2) canonizo a produção literária de mulheres negras, principalmente aquelas soterradas pelo racismo estrutural do nosso país e 3) (re)afirmo outras formas de organizar o pensamento político-cultural brasileiro deixando evidente que o pensamento eurocêntrico não dá conta dessas outras formas de nos ler e nos entender enquanto nação. Logo, essas outras formas de nos perceber são evidenciadas por atos políticos e críticas nitidamente construídas nas linhas narrativas da literatura-negra-feminina.

Desse modo, trago a alternativa de uma metodologia pedagógica literária com intuito de mostrar outras maneiras de *ensinaraprender* além daquelas propostas pelo nosso processo de escolarização tradicional. O intuito é apresentar a escrita literária de mulheres negras como forma de (re)aprender sobre nosso passado histórico tão corroído pelo processo de epistemicídio planejado pelos colonizadores europeus e seu sistema de branqueamento, bem como entender o presente a partir da intelectualidade e potencialidade da mulher negra.

Compreender a nossa sociedade remete a um movimento de voltar. Talvez eu tenha incorporado o *AmarElo* de Emicida (2019), nosso *rapper* paulista. Assim como Exu, estou jogando a pedra hoje para acertar o pássaro lá do passado histórico. Logo, parto da minha progenitora para, na verdade, englobar um coletivo de ancestrais e de escritoras - uma ancestralidade (Trindade, 2006) amontoada no meu corpo. A seguir, sua breve biografia.

Carmelinda da Fonseca Cardozo nasceu em Itaboraí, município do estado do Rio de Janeiro, em 1920. Veio trabalhar na cidade do Rio de Janeiro, ainda na infância, e daqui não saiu mais. Casou-se nos anos 1950 com Anibal Cardozo, foram moradores de Higienópolis, numa casa alugada, na zona norte da cidade, próximo ao Rio Faria Timbó. Tiveram 3 filhos: Anilinda, Walmireles e Genaina. Depois de alguns anos trabalhando como refrigerador da Cooperativa Central dos Produtores de Leite, a extinta CCPL, meu avô comprou um barraco com quintal na Favela da Maré, Morro do Timbau, e por lá viveram até o falecimento de ambos. Conseguiram realizar o sonho de ter uma casa de alvenaria em fins dos anos 1990.

Dona Carmelinda viu sua mãe morrer quando tinha 5 anos de idade num pós-parto. O pai trabalhava na roça de uma fazenda em Itaboraí (pedra bonita escondida na água, de acordo com a denominação indígena). Não sabemos bem a idade que cada uma das irmãs (um total de 4 filhas, a mais nova natimorta) foram mandadas para serem ‘educadas’ em diferentes lares da zona sul do Rio de Janeiro. E creio que meu leitor já entendeu como esta história se deu - todas

foram usadas como cuidadoras e empregadas.

Calculamos que minha avó tenha sido enviada a Copacabana entre 8 e 10 anos de idade, no período de 1925 a 1930. Vale lembrar: 1930 foi o período do início da Era Vargas, dando fim à República Velha. Além disso, a eugenia já estava no país desde meados dos anos 1910. Uma “figura bem conhecida era o radialista Roquette-Pinto, que liderou o Congresso de eugenia no Rio em 1929”¹ e, obviamente, Monteiro Lobato com a publicação de *Presidente Negro* em 1926. Assim, como minha avó não era ‘bem nascida’, certamente passou a vida sendo vista como ser desprovido de capacidade intelectual e apta a ser comparada a burro de carga. Esta foi a vida com a qual escrevi minhas epístolas.

Nesta escrita, minha escolha vocabular é um ato político carregado de ética e estética negra. Muitas vezes, no decorrer do texto, adjetivo palavras seguidas dos vocábulos negro e negra, outras vezes crio um substantivo hifenizado, talvez inspirada por Conceição Evaristo. Pedindo licença à gramática, algumas vezes, troco o uso do adjetivo negro por negra, como em *corpo negra*, com o intuito de dar força ao recorte de gênero. Uso constantemente a palavra *literatura-negra-feminina*, pois, nesse caso, não pretendo descolar da literatura nem o gênero e nem a raça. Tornei-a composta por entender que a palavra literatura, pura e simples, não dá conta dos “cotidianos pretos” (Costa, 2023), cujos pilares são os nossos diversos modos de (sobre)viver em sociedade. Assim como, por exemplo, a palavra negro-epistemologia. O conhecimento a partir dos filósofos europeus e outros intelectuais, somente, também não abarca as nossas negro-epistemologias construídas se movimentar na sociedade brasileira. Logo, o processo negro-epistemológico é necessário para (sobre)viver, se locomover e insurgir a partir da realidade das populações diaspóricas no nosso país.

Deste modo, o texto a seguir é o produto final do EREREBÁ a ser apresentado para banca de defesa com intuito de obter o título de especialista em Educação das Relações Étnico-Raciais. Esta pesquisa foi concebida em quatro blocos após essa introdução. Primeiramente, o segundo capítulo estrutura-se com base no ensaio de Antônio Candido, como já mencionado, até alcançar a defesa de uma literatura-negra-feminina. O capítulo 3 destina-se às epístolas afromemorialísticas nas quais minha avó Carmem é a destinatária. Esse capítulo é uma resposta à necessidade levantada no capítulo 2, *Uma análise negro-epistemológica dos direitos ao direito*. Seguindo um tempo linear, este está dividido em quatro subseções cujas cartas, ao enaltecer escritas de mulheres negras, ‘ensinam’ a minha antepassada a importância da literatura negra. Apesar do formato epistolar não ser proposto pela burocracia acadêmica, as

¹ <https://www.geledes.org.br/eugenia-no-brasil-movimento-tao-absurdo-que-e-dificil-acreditar/>

referências bibliográficas foram mantidas nas notas de rodapé, evidenciando, assim, a pesquisa desenvolvida. Já no capítulo 4, trago um breve aporte metodológico para marcar o nascimento do que defendo nesta escrita. Finalmente, no capítulo 5 pontuo algumas experiências escolares recentes marcadas pela necessidade de se trabalhar a literatura-negra-feminina em sala de aula me respaldando em diferentes teóricos. Longe de ser uma conclusão, o último capítulo marca a literatura negra como uma teoria social que possibilita entender e perceber a sociedade brasileira a partir de outras maneiras de pensar e viver. Ao constatar a necessidade de um resgate literário de autoras que já cumpriam esse papel, sugiro o movimento da pedagogia sankofa para resgatar um processo-literário-negro-feminino respaldado por teorias literárias e leis. Desse modo, está comprovada a necessidade da literatura-negra-brasileira como direito a ser implementado em nossas vidas e nos espaços educativos.

2 Uma análise negro-epistemológica dos direitos ao direito

Da escravização ao início do século XX com suas teorias eugenistas, o processo de desumanização da população negra foi uma construção constante. Na realidade, ao observar fatos nus e crus deste século XXI, seguimos tentando provar nossa humanização através das denúncias de negro-epistemicídio, bem como as denúncias de necropolíticas escancaradas na rede televisiva: são corpos pretos tombados ao chão, chacinas do povo negro e pobre das favelas e periferias, espancamento dos cidadãos (*quase todos pretos*, como diria a música) em diferentes instituições, etc. São inúmeras as situações.

2.1 Pretos humanos?

A tese da filósofa Sueli Carneiro, *A construção do outro como não ser como fundamento do ser* (Carneiro, 2005), é iniciada com uma carta cujo destinatário é o eu-hegemônico. A autora denuncia logo de início esse processo de exclusão: “falo do lugar da escrava, do lugar dos excluídos da res(pública). Daqueles que na condição de não-cidadãos estavam excluídos do direito à educação” (Carneiro, 2005, p. 20). Além do processo de exclusão em relação aos negros, cita “as representações negativas que estiveram desde longe associadas ao meu [ao nosso] corpo negro. Uma aplicação histórica também da modernidade ocidental que dissecou cientificamente minha [nossa] inferioridade natural” (Carneiro, 2005, p. 20). Conseqüentemente, é nesse enquadramento que “o negro é apreendido pelo racismo do século XIX e permanece incrustado no fundo das consciências: intermediário entre o homem e o animal, manifestação de incompletude humana” (Carneiro, 2005, p. 126).

Essa construção do negro como o Outro sem valor e sem traços de humanidade - envolta por “tentativas sem fim de animalizarem o nosso ser [...]” dentro “de um sistema que insiste em operar de forma a nos bestializar” (Oliveira, 2023, p. 6), nos tira da condição de cidadão e, conseqüentemente, nos suprime direitos (principalmente, os direitos humanos).

Ora, se estamos desde o fim do escravagismo nesta condição, como seremos enquadrados no artigo V da Constituição Federal de 1988? O ranço da Constituição Brasileira de 1824 permanece: os negros (bem como as populações indígenas) seguem excluídos dos direitos civis dado aos brasileiros comuns. Basta observar os últimos casos de racismo cotidianos na nossa sociedade. Um exemplo emblemático foi o motoboy Max Ângelo, rapaz negro da favela da Rocinha, ter sido chicoteado pelas mãos e cinto da moradora da Gávea, Sandra Mathias (mulher branca). Quase 136 anos após a assinatura da tão falada Lei Áurea, outro exemplo ultrajante é o da idosa negra que, aos 85 anos de idade, foi resgatada após 72 anos de trabalho ininterrupto em Vassouras. Ambos os casos registrados no Estado do Rio de Janeiro.

Não tenho como deixar de comparar tais casos ao de minha família: minha avó foi empregada doméstica e lavadeira-engomadeira, minha mãe também foi empregada doméstica, minha tia serviu muitas casas passando roupas. Todas as três foram exploradas em momentos diferentes de suas trajetórias e, provavelmente, o que as salvou da escravidão moderna foi um coletivo de mulheres negras: suas famílias enquanto rede de apoio. Todas mulheres negras vistas como “mulas do mundo” (Walker, 2021, p. 210): a mais idosa, nunca teve acesso à literatura, já suas filhas conseguiram se graduar e ter acesso à literatura crítica com mais de meio século de vida em pleno anos 2000.

Me pergunto o mesmo que a filósofa e escritora brasileira Djamilia Ribeiro: “quando seremos humanas?” (Ribeiro, 2021, p. 15). E, se ainda hoje nos encontramos em muitos momentos envoltos pelos apagamentos e epistemicídios do racismo estrutural, como exigir os nossos direitos?

2.2 Para além de uma literatura-cândida

Estreitarei aqui a questão dos direitos pensando no texto *O direito à literatura* do crítico literário brasileiro Antônio Candido. Primeiramente, preciso afirmar que estou de acordo com a ideia central do artigo desenvolvido por Candido: a literatura deveria ser um direito de todo ser humano e deveria estar entre os considerados direitos mais básicos (direito à vida, educação, moradia, segurança, liberdade). Como na música *Comida* da banda de rock nacional Titãs - *a gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte!* Décadas antes desses, Carolina Maria de Jesus (2014) já deixava isso claro: seu diário está repleto de denúncias em relação aos

direitos mais básicos das comunidades empobrecidas. Ainda assim, ao longo de *Quarto de Despejo* ela tenta exercer seu direito à literatura: cata cadernos velhos pelo lixo, recolhe livros descartados pelas ruas, procura por tábuas para ter um quarto onde possa escrever em paz, compõe canções, rima poesias, etc.

Ao listar o direito à literatura como direito básico, Antônio Cândido pincela a definição de humanização deixando claro ser a aquisição do saber parte do processo. Justamente por conta desse artigo, costumo constantemente reafirmar para meus estudantes o direito à literatura dentro da escola e o direito de eles usarem e abusarem dos livros enviados pelas secretarias de educação. O autor finda seu texto com a seguinte defesa: “uma sociedade justa pressupõe o respeito dos direitos humanos, e a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis é um direito inalienável” (Cândido, 1988, p. 193). Essa defesa faz com que o texto atravesse os tempos e barreiras, pois a humanidade sempre necessitará da fruição apontada por ele.

Contudo, se meus leitores retornarem ao início deste subtítulo 2, notarão que meu incômodo parte justamente da desumanização e dos direitos nunca atribuídos aos negros. Logo, seguindo as pontuações de Cândido, ele reafirma: a literatura “é fator indispensável de humanização e, sendo assim, confirma o homem na sua humanidade, inclusive porque atua em grande parte no subconsciente e no inconsciente” (Cândido, 1988, p. 177). Ora, se nossos corpos negros são perversamente desumanizados até os dias de hoje sob a reinvenção constante do racismo, como adquirimos o direito à literatura? Se desde o início da pilhagem de África e sequestro dos povos africanos foi negado a nós o direito ao nome, a ler e escrever e ir à escola, como acessamos o direito à literatura? Pouco mais de um século passou desde a Abolição e pouco foi concretamente feito pelo Estado para populações negras e povos originários terem direitos iguais à maioria dos cidadãos brasileiros. Sendo a literatura um instrumento poderoso de instrução e educação, como ter acesso livre a ela? Como reverteremos o processo: se somos animalizados e precisamos da literatura para nos humanizar, que caminhos tomar? Essas são perguntas reflexivas para simplesmente lembrarmos que nosso acesso foi vetado no passado e ainda hoje não está no patamar de equidade primordial.

Acrescento mais dois pontos da relação da literatura com os direitos humanos levantados pelo autor cujas explicações a partir da ausência negra me causaram incômodo. Ao omitir o corpo negro, ele pontua dois ângulos para a relação da literatura com os direitos humanos (importante atentar que estamos defendendo algo além de leis e decisões judiciais). A saber

Primeiro, verifiquei que a literatura corresponde a necessidade universal que deve ser

satisfeita sob pena de mutilar a personalidade, porque pelo fato de dar forma aos sentimentos e à visão de mundo ela nos organiza, nos liberta do caos e portanto nos humaniza. Negar a fruição da literatura é mutilar a nossa humanidade. Em segundo lugar, a literatura pode ser um instrumento consciente de desmascaramento, pelo fato de focalizar as situações de restrição dos direitos, ou de negação deles, como a miséria, a servidão, a mutilação espiritual. Tanto num nível quanto no outro ela tem muito a ver com a luta pelos direitos humanos. A organização da sociedade pode restringir ou ampliar a fruição deste bem humanizador. O que há de grave numa sociedade como a brasileira é que ela mantém com a maior dureza a estratificação das possibilidades, tratando como se fossem compreensíveis muitos bens materiais e espirituais que são incompreensíveis. Em nossa sociedade há fruição segundo as classes na medida em que um homem do povo está praticamente privado da possibilidade de conhecer e aproveitar a literatura de Machado de Assis [...] (Candido, 1988, p. 188)

Baseada nas duas pontuações acima, a conclusão é que precisamos de um direito à literatura que seja atravessada pelas especificidades, dificuldades e conquistas da população negra. Principalmente em relação à literatura-negra-feminina que aqui exalto e defendo como base para uma outra leitura do nosso país. O primeiro aspecto levantado por Candido é fato: sem direito à literatura, grande parte dos nossos antepassados foi mutilada e jogada ao caos. Mais uma vez, recorro ao recorte de gênero, e questiono:

Como manter viva a criatividade da mulher negra, ano após ano e século, levando-se em conta que, na maior parte do tempo, desde a chegada das pessoas negras [...] era considerado crime uma pessoa negra ler e escrever? [...] a agonia da vida de mulheres que poderiam ter sido poetas, romancistas, ensaístas, contistas e que morreram com seus dons sufocados. (Walker, 2021, p. 211)

Esses dons sufocados escancaram que não foi um problema social a ser considerado dentro das organizações nacionais e, muito menos, buscou-se uma solução ou política pública que o minimizasse. O óbice recai justamente no fato de terem sido criadas proibições, ou não-direitos, para o processo de humanização e participação dos negros. Logo, faz-se necessário, ainda, um ensaio intitulado *O direito dos negros e negras à literatura*. Esse texto deveria trazer uma pesquisa dos caminhos que encontramos para lutar contra o holocausto (em seu sentido literal) negro sistemático que apagou, inclusive, nossas lutas desde o início do tráfico negreiro pela costa brasileira.

A partir das brechas encontradas por nossos antepassados e atuais populações pretas até o início do século XX, nos humanizamos num sistema ubuntu: criamos redes, coletivos e movimentos. Dou aqui especial importância ao Movimento Negro, sobrevivente das torturas da ditadura militar, que emerge com força trazendo seu caráter educador (Gomes, 2017) como nos ensina a professora Nilma Lino Gomes - um movimento que se fez presente no início dos anos 1980 em prol de sua participação na Constituinte. Toda esta luta nos trouxe as conquistas atuais: o esfacelamento do mito da democracia racial, o Estatuto da Igualdade Racial (2010), o sistema de reserva de vagas - cotas raciais e sociais, etc.

Me aterei, então, ao segundo aspecto levantado por Cândido, com o qual concordo; contudo, também me traz um senso de incompletude: o desmascaramento. Nós desmascaramos os processos sócio-político-culturais impostos ao nosso povo, das favelas aos atuais modelos de Casas Grande. Através das experiências dos nossos corpos diaspóricos, acredito que as formas encontradas para ler, escrever e modos de se expressar foram táticas especificamente nossas, base maior da literatura negra. Uma literatura que brota, desde seu embrião, dos nossos modos de viver e estar nos cotidianos, cotidianos especificamente pretos (Costa, 2024). Uma literatura que incentiva outras literaturas negras, bem como traz a representação positiva de personagens negras e negros.

E os territórios que atravessamos e foram atravessados, os mares que singramos para (sobre)viver ou para nos libertar, os rios que acompanhamos nos permitiram entender sobre outras concepções, outras experiências. Nossas *escrevivências* (Evaristo, 2020) carregam negro-epistemologias muito específicas de todos os corpos amontoados em nós e na memória-melanina de nossas peles. Neste caso, o título que me autorizo aqui seria: *O direito à literatura negra* ou, ainda, *O direito à literatura das negras*. Ao repensar o título proposto, não estou aqui defendendo não ler os homens negros (Joel Rufino, Solano Trindade, Lima Barreto e tantos outros), mas ressaltando a necessidade do feminino pensado a partir dos atravessamentos do ‘corpo negra’ (Brito, 2021) explorado. Fêmeas negras sugadas em todos os seus aspectos: amas de leite, babás, empregadas, reprodutora de peças escravizadas, escrava sexual de senhores/sinhozinhos/capitães do mato/estupro; além do abandono forçado de seus rebentos e parceiros dentro da função de serviçais eternas. Ou seja, muitas imagens a serem debatidas.

2.3 Nosso direito à literatura-negra-feminina

Tomada por esta especificidade, me amparo em Brand. Nascida em Trinidad e Tobago (e radicada no Canadá), a poeta e ensaísta Dionne Brand nos mostra que somos compostos por uma violência colonial ineludível. Porém, ela encontra na poesia um processo de se autodescobrir (nos autodescobrir) com o qual percebe outras formas de habitar o mundo e isto se enraíza nas suas linhas poéticas. “Foi a história que tinha ensinado meus olhos a procurarem pela fuga” (Brand, 2023, p. 29), ela rima em um de seus versos e complementa: “entre mim e a história fizemos um remendo dela, um verso que ainda sente sua falta no sujeito, um capítulo amarelado e corroído por traças no fim” (Brand, 2023, p. 35). E ela segue elaborando sua própria narrativa de mulher negra diaspórica pois “a história só vai te ouvir se você der a luz a uma mulher que alisa o linho engomado na gaveta do guarda-roupa, [...] e dá a luz a outra mulher que chora perto de um rio e desaparece e dá a luz a uma mulher que é poeta[...]” (Brand,

2023, p.37). Assim, Dionne finaliza: “uma mulher que pensava ser humana, mas entendeu a mensagem, mulher e negra [...]” (Brand, 2023, p.37). Logo, entendemos:

talvez seja essa seriedade, essa intenção dentro mundo que distingue as poetas negras, [...]. Não somos observadoras distantes do mundo, mas protagonistas nele; não fazemos pretensões de "objetificação" precisamente porque é a objetificação da humanidade que permitiu nossa escravidão e opressão contínua. Para nós, é por meio da identificação que continuamos a construir resistências. E a identificação começa onde a história escrita falha - na memória. (Brand, 2023, p. 222, tradução nossa)

Ao perceber que nossa observação do mundo é totalmente diferenciada do olhar colonial europeu, sigo defendendo a necessidade de termos o direito à literatura-negra-feminina cujas nuances não se descolam da memória. Nossa escrita é coletiva! Além disso, vale enfatizar que “as guardiãs da memória de cada família negra são suas [nossas] avós” (Brand, 2023, p. 222) e isso também me leva a perceber a necessidade de ter essas ancestrais em nossas escritas. Fica tão visível que “talvez em nenhuma outra cultura, exceto na cultura negra, o relacionamento entre avó e neta seja tão íntimo, tão sagrado e tão vital. A transmissão da história precisa da memória das mulheres e da atenção aos detalhes, que é a ferramenta do sobrevivente” (Brand, 2023, p. 223, tradução nossa). E é essa atenção aos detalhes (já citada anteriormente como brechas, táticas, etc.) que são tão específicas das escritas de mulheres construtoras “de tantas diásporas como possíveis, como reais, mesmo sendo invisibilizadas em meio a tantas narrativas heróicas [...]” (Nascimento, 2023, p. 71)

Provida por uma força amefricana (Gonzalez, 2020), ressalto a necessidade de uma literatura escrita por mãos das fêmeas pretas deste Brasil e busco “afirmar um princípio negro como base de sustentação do mundo outro, contracolonial [...]” (Nascimento, 2023, p. 72). Colocando de lado o afropessimismo tão discutido nos dias de hoje, quero reafirmar: “sim, nossas memórias se estendem para além da escravidão” (Brand, 2023, p. 224). Assim, “após a identificação dos locais e eventos do nosso sofrimento, devemos fazer novos locais, novos eventos, novas oferendas à nossa humanidade infinita” (Brand, 2023, p. 224) e esse outro modo de fazer, um fazer renovado, está emaranhado na escrita literária das mulheres negras brasileiras e de mulheres negras pelo mundo afora.

O próximo capítulo é uma oferenda a minha avó: a partir da escrita dessas cartas ofereço a minha avó preta seu direito à literatura negra, uma literatura-negra-feminina.

3 Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2024: *Ubuntu!*

Querida *iyá nlá* Carmelinda:

Oi, Pretinha! Como você está aí nesse lar? Fico imaginando se é parecido com o filme...e te imagino sorridente envolta por flores em muitos jardins.

Tenho sentido tantas saudades de conversar com você. Queria tanto poder te falar sobre os livros lidos e outras histórias aprendidas. Que banzo, vó! Deve ter reparado como iniciei esta carta. Tenho tentado aprender algumas palavras de diferentes partes do continente africano. *Ubuntu* é uma noção existente nas línguas do grupo bantu e significa “eu sou porque nós somos”. E eu somente sou porque você é, minha *iyá nlá*, minha vovó! Já as outras palavras são do yoruba: *iyá* significa mãe e *iyá agbá* significa avó.

Olha, sinto um peso aqui nos ombros. Parece que a senhora e meu *baba agba* Anibal estão olhando minha escrita bem aqui atrás de mim. Fecho os olhos e vejo os versos do poema da bela senhora moçambicana passando bem diante da tela do computador: *Nervosamente, sento-me à mesa e escrevo.../ Dentro de mim,/ deixa passar o meu povo [...] Na minha mesa, vultos familiares se vêm debruçar/ Minha Mãe de mãos rudes e rosto cansado/ e revoltas, dores, humilhações,/ tatuando de negro o virgem papel branco*² [...] Respiro. Penso na importância de nossas escritas ditas marginais, na importância de mulheres negras escreverem, escreverem tudo. Bem como você, minha Pretinha, pois mesmo sem saber escrever tudo que gostaria, fazia questão de assinar seu nome.

Fico sempre refletindo sobre o tempo que estive ao seu lado. Como esse meu tempo foi mal aproveitado! Eu lembro de você em tantos momentos e penso agora o quanto eu deveria ter ouvido mais ainda suas contações de causos populares e engraçados. Você era tão cheia de criatividade! Vó, descobri que seu nome é de origem latina e significa "canção", "melodia" ou "poema". Tudo que a senhora adorava! Seu nome evoca uma imagem de beleza, estando associado ao mundo criativo, especialmente à música e à poesia. Tento lembrar da sua voz no meu ouvido... com o tempo minha lembrança vai se esvaindo. Quantas coisas não pude saber sobre você. Sigo em busca dos nossos jardins, ou pelo menos imagino que estou nessa busca, como diria a autora norte-americana Alice Walker: quando foi que você mesma “teve tempo de conhecer e se dedicar a alimentar seu espírito criativo³”, vó? Vivo pensando na sua condição caso fosse viva hoje ...

Vó Carmen, hoje é dia do seu aniversário e decidi que eu finalmente conseguiria digitar sem me emocionar demais. Precisei tomar coragem para escrever. Fico sempre me sabotando...tentei escrever inúmeras vezes, principalmente ao longo da pandemia de covid-19

²*Deixa passar o meu povo* de Noémia de Sousa. Disponível em: <https://voarforadaasa.blogspot.com/2020/12/deixa-passar-o-meu-povo-noemia-de-sousa.html>.

³ Walker, 2021, p. 216.

depois de 2020. A senhora deve saber o que aconteceu por aqui. Tempos difíceis. Muitas pessoas morreram sem conseguir respirar, principalmente os mais pobres: negros, negras e favelados. Me recordava, inclusive, da senhora em dias de crises de bronquite. Foram tempos de Terra plana e negação da eficiência de nossas vacinas. Nós, professoras, trabalhávamos *online*; além de ter que dar conta da casa, aulas, filhos, etc. Foi um fardo e isso impossibilitou o processo criativo da escrita.

Me lembro de você dizendo que tudo na vida é um ciclo. Lembro também da senhora falando sobre acreditar que o Sol é o próprio Deus, talvez o deus Tupã como na mitologia indígena. Você falava da importância da Lua e de como devemos respeitar os mares de Iemanjá. Acabei por conectar seu modo de pensar ao Nego Bispo, nosso quilombola e escritor. Esse senhor escreveu uma carta em 2021, vó, onde ele argumenta que “a vida é começo, meio e começo, ou seja: geração vó começo, geração mãe meio, e geração neta começo de novo. Assim como a semente é o começo, a árvore é o meio e a semente o começo de novo... que o mundo é redondo para que as pessoas não se enganchem nos cantos...”⁴. Já passou da hora de entender esse planeta enorme sob outros prismas ao invés do caos político do Brasil atualmente. Sou seu recomeço, vó.

Eu venho sobrevivendo através da leitura. Tenho lido muitas poetisas negras, minha Pretinha. Em uma sociedade estruturada como esta, nossas experiências negras são completamente diversas da cultura europeia colonizadora. Engraçado... eu vivia dizendo que não gostava de poesia, lembra? O Parnasianismo que me perdoe, mas eu literalmente fiquei de saco cheio de seus poetas! E quando meu pai obrigava a gente a decorar algumas estrofes de tantas poesias? O *Navio Negreiro* foi nosso maior sucesso, né, Pretinha? Acho que a gente se pensava ali nas estrofes. Você se divertia e decorava tudo junto com a gente, rindo conosco. Depois, ajudava eu e as manas a recitar os versos! De uns anos pra cá, a poesia de mulheres negras brasileiras me salvou do engessamento literário, pois hoje não vivo sem elas. Foi somente a partir delas que me (re)conheci dentro da poesia! Geni Guimarães, Conceição Evaristo, Odailta Alves, Esmeralda Ribeiro, Sílvia Barros, Cristiane Sobral... aos poucos, te apresento essas escritoras afrobrasileiras, vó querida!

Olha, tem um autor brasileiro que afirma ser a literatura um direito de todos. Esse direito, na minha opinião, foi negado a você. A nós! Na verdade, nem o direito de frequentar a escola você teve pois trabalhou em casa de diferentes famílias desde que sua mãe morreu, minha

⁴ Bispo, 2020, p. 253.

bisa. O poder da literatura de escritoras negras, então ... você não chegou nem a conhecer em vida ...

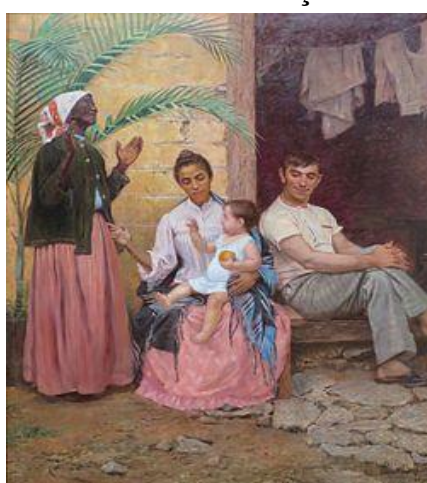
Dias desses, vó, estava remexendo memórias e esbarrei numa foto sua de quando morávamos na Baixada Santista: a senhora com minha irmã mais nova no colo, Adele. Você lembra? Esta foto é de 1981 e você saiu da Maré para nos visitar. Reclamou do frio e vestia meias até a altura do joelho, além do casaco de lã e lenço na cabeça. Fins de ditadura e uns anos antes das Diretas Já. Imediatamente, lembrei da pintura do artista espanhol Modesto Brocos, *A redenção de Cam*.

FIGURA 1 - Pretinha com irmã



Fonte: a autora, 1981.

FIGURA 2 - A redenção de Cam



Fonte: <https://www.edusp.com.br/mais/a-tela-a-redencao-de-cam-e-a-tese-do-branqueamento-no-brasil/>

Impressionante como a figura das senhoras se parecem: a cor do casaco, sua meia e a saia dela com tons semelhantes e o lenço na cabeça. É um tanto quanto irônico esse quadro ter sido pintado em 1895, sete anos depois da Abolição da escravatura – frente às inúmeras violências sexuais dos senhores brancos em relação às suas escravas, já estava claro que o branqueamento não acabaria com a suposta maldição bíblica da raça negra. Enquanto lecionava aqui no Rio de Janeiro, no Museu Nacional de Belas Artes, Brocos pintou a tela acreditando e reforçando que o branqueamento era o caminho *pra* uma, digamos, evolução humana. As eternas tentativas de desumanizar nosso povo! É mole, Dona Carmen? Isso sem mencionar que a senhora nasceu 25 anos após essa pintura e continuou sem direito à educação.

A diferença nas fotos está no fato de a senhora não agradecer nada aos céus pela brancura da bebê, mas sim por abençoar a saúde de sua neta. Apesar de ser um casal interracial (pai branco e mãe negra) também, meus pais não geraram somente filhas da pele branca, não é, vó? Eu e minha irmã do meio, Alexandra, carregamos nitidamente traços negroides e éramos

chamadas de sarará devido a crespura e tom dos cabelos. *Recordar é preciso*⁵, recitaria Dona Evaristo, “o movimento vaivém das águas-lembranças” ... Está aí uma boa história para se encontrar nos livros escolares...

Muita luz, vó! Te amo. Torno a escrever quando a saudade virar dor pungente de novo.

P.S.: Vó, esqueci de te contar uma coisa que descobri. Dia 13 de fevereiro é o Dia Mundial do Rádio. Você amava ouvir rádio enquanto cozinhava. Aquele arroz mais gostoso do mundo. Eu ainda sinto o cheiro quando lembro de você destampando a panela fumegante. Cheiro de comida com ondas da frequência AM. Lembro ainda da senhora ouvindo as informações educativas da rádio MEC...

3.1 Rio de Janeiro, 25 de julho de 2024: nós do morro...

Estou escrevendo esta carta hoje porque é o Dia *da Mulher negra latino-americana e caribenha* - um dia que nos favorece mais que o 8 de março. Nossa família celebrou com um lanchinho farto: nos reunimos e ficamos revivendo os momentos guardados na memória. Quinta-feira com cara de final de semana. Ouvimos *Sorriso Negro* cantada pela Dona Yvonne Lara: “*um sorriso negro, um abraço negro*” ... Que saudade do seu abraço, vó! Quase posso te sentir aqui! “*Negro é destino é amor/ Negro também é saudade*”.

Eu estava fazendo minha primeira pós-graduação em 2001 quando você desencarnou. Tardiamente, veio parar em minhas mãos o livro *Quarto de Despejo* de uma autora brasileira chamada Carolina Maria de Jesus. A obra autobiográfica conta a história de uma mãe-solo que vive num barraco na favela do Canindé, em São Paulo. Carolina passa a vida a catar papéis para vender. Com esta miséria de renda, ela sobrevive junto com seus 3 filhos pequenos e se torna uma leitora e escritora assídua a partir de suas coletas feitas nas latas de lixo, “a poeta do lixo”⁶. São tantas escritoras e escritores negros que foram subtraídos do nosso dia a dia na escola e na sociedade, vó! Existe aqui uma filósofa e escritora negra, Lélia Gonzalez, que menciona como a sociedade vê a população negra semelhante à condição do lixo: o lixo fede, não tem valor, é resto. Mas mesmo assim a luta dela faz com que ela diga “o lixo vai falar e numa boa”⁷! E a gente foi (re)aprendendo a (re)contar nossa história.

Sabe, Pretinha, a figura de Carolina lembra a nossa família, lembra você - sua carga, seu sofrimento, sua dor. Carolina carregava água no Canindé; você, na Maré. Carolina sentia fome e ficava dias com essa dor. A fome para ela era amarela, não era negra. Era a cor do vômito

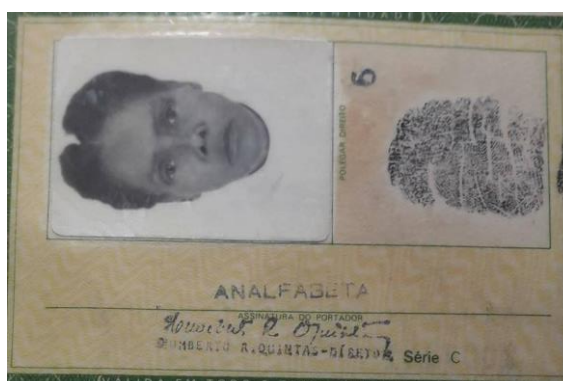
⁵ Evaristo, 2021, p. 11.

⁶ Fernandez, 2018, p. 384.

⁷ Gonzalez, 2020, p. 78.

dela sobre uma sociedade injusta. Você sentia as dores de suas veias de tanto lavar e engomar para os outros. Hoje, entendo: aquela sua veia da perna não foi um simples acidente, foi uma ferida colonial⁸ aberta sendo cutucada pelo incômodo de uma vida inteira. Assim como Carolina foi cutucada pelo racismo e pelo classismo brasileiro em toda sua trajetória - um sistema que sufoca até a morte, nossa! Sua escrita a libertava de uma vida asfixiante. Apesar de tudo, Carolina adorava a sua vida de escritora-cantora: “Sou muito alegre, todas as manhãs eu canto”⁹. Como você era forte, como Carolina era guerreira. Ela adorava escrever, minha avó. Lembra quantas vezes você tentou escrever e assinar seus livrinhos de leitura espírita? Não aceito o modo como seu RG foi carimbado com a palavra analfabeta... ainda tenho seu documento comigo. Só agora entendo, na verdade, você nunca foi iletrada. Muito menos Carolina, também tachada de analfabeta! Hoje, sabemos o quão injusto é esse adjetivo!

FOTO 3- Registro geral de minha avó



Fonte: a autora, 1981

Carolina escrevia sobre a população negra em todas as suas obras, vizinha. Ela adorava nossos tons de pele e nossos cabelos crespos educados. Você ficaria orgulhosa daquela sua cabeleira grisalha e crespa. É verdade, vó Carmen, existem várias pesquisas sobre a literatura negra de Carolina Maria de Jesus hoje em dia. Há um texto chamado *Diário de Bitita ou Um Brasil para os brasileiros* da autora Fernanda R. Miranda. A autora explica que Carolina “foi uma intelectual que, através da escrita literária produziu um pensamento sobre a nação, sobre a modernidade nacional, sobre o poder e sobre a margem, problematizando o imaginário dominante”¹⁰. Além disso, ela foi “uma intelectual que fraturou a harmonia do cenário ao

⁸ Grada Kilomba, em *Memórias da Plantação*, fala sobre o colonialismo ser uma ferida nunca tratada e causadora de dor. Minha avó passou a vida inteira com uma veia estourada em sua perna esquerda, cuja derme foi consumida por uma cavidade rosa, semelhante a uma descoloração causada pelo vitiligo. As ataduras brancas envolviam sua pele muito negra, protegendo a área medicada um pouco acima do tornozelo. Mediante tudo que essa minha ancestral passou na vida pela exploração sócio-racial, classifico esta escara como ferida colonial.

⁹ Jesus, 2014, p. 25.

¹⁰ Miranda, 2019, p. 41.

alcançar a máxima potência a sua existência de mulher negra ativa, aguerrida em seu pensamento articulado”¹¹. Carolina levantou tantos temas urgentes em suas escritas... será que ela tinha noção da potência que caligrafava, vó?

Ela foi despejando tudo que observava e acumulava dentro dela. Fico pensando que a senhora talvez pudesse ter feito o mesmo se tivesse tido a oportunidade de sentar à mesa para escrever. Essa poetisa negra potencializou “a estética-do-corta-silêncio da qual emergem contramemórias coloniais”¹². E isso é tão potente, minha vó! Espero que entenda minha ansiedade de te falar sobre isso tudo! Do mesmo modo, penso em você muito além da imagem negativa criada sobre as mulheres faveladas pela mídia televisiva. Carolina fazia isso muito antes dos atuais canais de novelas, “costurando diversos pedaços de histórias e vivências de pessoas que, juntas, formam um quadro plural e complexo donde é possível apreender a configuração do Brasil rural pós-colonial através da fala do sujeito negro”¹³. Carolina - poetisa negra da favela, sim! Mas também compositora, artista ...multiartista!

Olha, minha Preta, se eu soubesse disso na faculdade depois de ler *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre usando a figura da mulher negra (mulata, como dito por ele) de forma tão sexualizada/ minimizada, eu teria esfregado as escritas de Jesus nas teorias dele. Tudo para ele entender de uma vez por todas o que era ser negro no Brasil, ser indígena também, sabe? Tudo para ele perceber a produção literária do nosso povo, escrita por mãos negras tantas vezes acorrentadas socialmente e usadas como forma de resistência através dos séculos.

Pretinha, compreendeu a potência dessa escritora negra e favelada como nós? Vou colocar aqui uma foto de Carolina-linda lendo em seu barraco e uma do nosso, no início dos anos 1990, se transformando em casa de alvenaria. Observe abaixo que belezas daquele *espaçotempo*! Muita luz pra você, vó. Beijo.

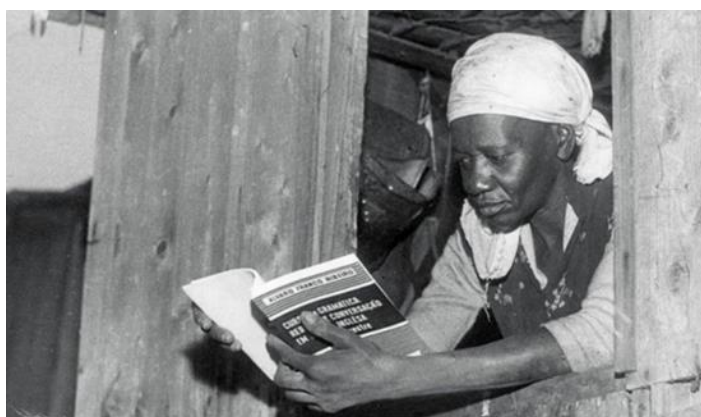
¹¹ Miranda, 2019, p. 41.

¹² Miranda, 2019, p. 29.

¹³ Miranda, 2019, p. 29

FOTO 4 - barraco na Maré

Fonte: a autora, 1995

FOTO 5 – Carolina em seu barraco

Fonte: almapreta.com.br/sessao/cultura/carolina-maria-de-jesus-faria-110-anos-conheca-sua-trajetoria/

3.2 Rio de Janeiro, 29 de novembro de 2024: *entre o barro e o barranco.*

Axé, Vozinha!

Demorei para escrever outra carta, né? Mas queria muito te falar de outra escritora cheia de memórias de sua infância favelada. Hoje é aniversário da escritora Conceição Evaristo! Ela é uma escritora negra mineira e tem uma extensa produção literária: contos, poemas e romances. Ai, Pretinha, tem uma frase dela que acho lindaaaa: “estas histórias não são completamente minhas, mas quase que me pertencem, na medida em que, às vezes, se (con)fundem com as minhas. [...] afirmo que, ao registrar estas histórias, continuo no premeditado ato de traçar uma escrevivência”¹⁴! Que beleza! Fico arrasada de não ter tido a oportunidade de ter lido essas autoras quando eu estava no ensino médio. A senhora iria adorar ler ela também. Acho que é por isso... te conto esses fatos desejando que você tivesse tido este direito, a mesma oportunidade que agora tenho. Leio para você em voz alta pois sei: a senhora teria amado aprender essas narrativas e folhear essas páginas!

Há um livro chamado *Becos da memória* escrito por ela - Conceição - que parte de alguns fatos autobiográficos sobre uma favela onde ela morou na infância, em Minas Gerais. Há um trecho em que ela descreve o portão da casa *entre o barro e o barranco*. E eu me recordo de nós na Maré de novo. De como aprendíamos nos becos do morro: brincávamos de dar aulas para outras crianças menores, escrevíamos cartas para outros países, contávamos histórias com os livros presenteados. Os becos eram nossos caminhos de aprendizagem também.

¹⁴ Evaristo, 2023, p. 7.

Volto a lembrar dos poemas a serem decorados e de como a senhora tentava imaginar a tristeza da escravidão ... hoje tentamos escrever e representar o nosso povo para além deste episódio, vó. Até porque a história de África começou muito, muito antes do processo escravocrata. Isso tudo tem sido muito bem retratado na atual literatura negra nacional. “Choro de novo ao escrever essas palavras por compreender e poder afirmar [...] nossa fortaleza na contemporaneidade está na capacidade de reconhecer nossa Ancestralidade Africana. essa é a nossa única chance de desenhar lindamente hoje, o nosso futuro”¹⁵.

Queremos personagens que nos representem de forma diferente da Tia Anastácia do Sítio. Lembra dela, vó? Você dizia que ela estava sempre trabalhando e cuidando dos outros. Você dizia que lembrava seus tempos de empregada doméstica em Copacabana com sua vida toda em função daquela família cujo sobrenome não recordo.

Tenho um livrinho aqui em casa, pequeno e rosa, de um autor chamado Luís Silva Cuti. O autor explica que “O texto que se quer negro-brasileiro refere-se a vida e aos conflitos da população descendentes de escravizados [...]”. Assim, o autor constata que “há, portanto, autores que firmam sua identidade negro-brasileira, enfrentando zonas de conflito em franca desobediência a ideologia do silêncio. [...] a produção destes não é feita para agradar a expectativa estabelecida como padrão”¹⁶. Sabe, é como se ele estivesse conversando com Conceição quando ela diz que “a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos”. Poderoso isso, né, vó Carmen?

Lembro de Conceição Evaristo ter explicado isso em sua Poética da nossa afro-brasilidade, Vózinha: “um sentimento positivo de etnicidade atravessa a textualidade afro-brasileira. Personagens são descritos sem a intenção de esconder uma identidade negra e, muitas vezes, são apresentados a partir de uma valorização da pele, dos traços físicos, das heranças culturais oriundas de povos africanos e da inserção/ exclusão que os afrodescendentes sofrem na sociedade brasileira. Estes processos de construção de personagens e enredos destoam dos modos estereotipados ou da invisibilidade com que negros e mestiços são tratados pela literatura brasileira, em geral”¹⁷.

Na verdade, Pretinha, essa literatura escrita por mãos negras vem dando seus passos de longe. É uma resistência literária que tentam silenciar faz tempo, desde 1859, quando Maria Firmina dos Reis, nossa primeira romancista negra, escreveu *Úrsula*. Olha, “numa época em que muitos sequer concediam aos negros a condição de seres humanos, o romance e a

¹⁵ Oliveira, 2023, p. 7.

¹⁶ Cuti, 2010, p. 61.

¹⁷ Evaristo, 2009, p. 19.

perspectiva afro-identificada da escritora soam como gestos revolucionários que a distinguem do restante da literatura brasileira”¹⁸. Vó, você não se lembra da história de Firmina, pois eu não tinha conhecimento deste livro até você morrer. Vou te contar rapidamente aqui sobre a vida dela. Essa escritora nasceu em 1822 no Maranhão. Era filha de uma mulata forra, como dito na época, e faleceu 3 anos antes de você nascer. Lá pelos meados do século XIX ela é aprovada para ser instrutora primária - o que já nos demonstra sua força, uma mulher negra professora naquela época. Depois de anos de trabalho e um pouco antes de se aposentar, ela criou uma escolinha mista em um barracão onde atendia meninos e meninas que não tinham condições de pagar por seus estudos. Vozinha, tem noção da potência dessa mulher? Uma feminista negra brasileira lá em 1800! Ela catava as crianças pelo caminho num carro de boi! Estou rindo aqui lembrando da gente catando as crianças pelos becos para dar aulas na nossa escolinha. Além de *Úrsula*, escreveu o *Hino da Abolição*, participou de antologias, escreveu poemas, publicou em jornais, etc. Me fala, como é que essa deusa havia sido apagada até recentemente, Dona Carmen??? Se não desejam chamar de racismo (editorial), me tragam então as cabeças dos racistas! Quando eu te reencontrar, não vou ler para você, vou ler *com* você.

Minha Pretinha, eu preciso parar. Tenho muitos trabalhos para escrever ainda. Lembra da minha vida de professora e dos estudos, né? Aproveitando, queria te dizer que continuo na vida docente com muito orgulho. Sou uma profissional dedicada, ética, crítica. Sou trabalhadora favelada, escritora, mãe atípica, mulher negra no mundo. Tudo que me tornei é parte da senhora. Muita luz, Vó! Sdd.

3.3 Rio de Janeiro, 30 de novembro 2024: viva a negritude!

Oi! Vózinha!

Esta vai ser minha última carta de 2024. Ontem fiquei muito mexida com a carta que te escrevi e resolvi fechar o mês com outra epístola. Vó, este foi o mês da Consciência Negra. Na verdade, o dia oficial é 20 de novembro, mas comemoramos o mês todo. Este dia foi instituído dez anos depois do seu falecimento, em 2011. Era o governo da então presidenta Dilma Rousseff... primeira presidenta brasileira! Demos grandes passos democráticos após sua partida, Pretinha. Criação de mais universidades públicas, a lei de cotas raciais, etc. Você ficaria muito feliz com a consolidação de alguns direitos decorrentes do trabalho do movimento negro, da luta do nosso povo.

¹⁸ Duarte, 2008, p. 10.

O tempo voa! Seu bisneto, Paulinho, fez 11 anos e sua bisneta, Pérola, completará 16 anos no próximo mês. Estou perto de completar meio século de vida e ainda estou estudando. A senhora deve estar achando que tô doida! Sabe, Vó, sempre gostei de escrever. Passei a vida vendo minha mãe escrever cartas para a senhora e meu *baba agba* Aníbal. Depois, vinham dias incontáveis à espera das respostas envelopadas. E apesar de amar todo esse processo, eu passei a vida acreditando que não tinha capacidade de escrever. Sempre fui muito insegura e isto certamente é um sentimento decorrente do racismo estrutural no qual nosso país está imerso. Hoje, já consigo escrever mais e melhor, mas tenho sempre a sensação que meu tempo, na verdade, passou. Mas quando olho pra trás, vejo que meu processo de formação nas fases da minha vida desemboca sempre no escrever e a senhora tá sempre por perto feito um pássaro Sankofa. Há uma autora chicana, Vó Carmen, chamada Gloria Anzaldúa (2000) que defende o seguinte: “não existe separação entre vida e escrita”!¹⁹ Se recorda da gente escrevendo as redações escolares e você ficava ali ouvindo e prestando atenção a tudo?

Preciso aqui criticar as ideias iluministas a partir da maneira ocidental de enxergar o mundo, Vó, um mundo que você teve que carregar nas costas. Fatos que eu ainda não havia reaprendido, sabe? Um dia desses, assistindo uma palestra da estudiosa Carolina Rocha, conhecida como Dandara Suburbana (@dandarasuburbana), a escritora mencionou sobre o quão fundamental é nos descolarmos dessa maneira iluminista, reta e engessada, de perceber o mundo. Como somos sujeitos inseridos na sociedade, são modos de pensar difíceis de escapar. Contudo, Pretinha, estou certa de que você está me entendendo, reafirmo que esse processo antagônico de separar razão e emoção (bom/ mau, preto/branco, etc.) é inconsistente. Há uma impossibilidade no que tange escrever somente do pescoço até o cérebro! Acho que somos regidos por uma *cosmopercepção*²⁰... como eu via você mesmo ser, Vó. Cantar, dançar, usar suas mãos e receitas para curar: seu corpo era uma mistura de todos os sentidos.. E quando você foi ficando cada vez mais debilitada para andar devido a sua perna ferida, a senhora ouvia suas entidades sentada mesmo e fazia todo um movimento corporal para conversar conosco.

Não é só a visão que nos faz ‘ver’ de fato. Quando escrevo, aprendo, e mexo meu corpo todo, seja digitando ou desenhando minha caligrafia. Na adolescência, minha escrita era ao mesmo tempo me vestir e me despir da roupa da minha existência. Me despia de forma a aceitar meu eu enquanto adolescente negra favelada nesta sociedade extremamente preconceituosa; bem como me vestia com nossas narrativas produzidas a partir de meu próprio agenciamento.

¹⁹ Anzaldúa, 2000, p. 233.

²⁰ Oyewumi, 2021, p. 29.

Minha querida avó, ao escrever “eu não sou a Outra, mas sim eu própria. Não sou o objeto, mas o sujeito”²¹. Na verdade, sou a sujeita. “Eu sou quem escreve minha própria história, e não quem é descrita. Escrever, portanto, emerge como um ato político [...] enquanto escrevo, eu me torno a narradora e escritora de minha própria realidade, autora e autoridade na minha própria história”²². Foram minhas escritas negro-faveladas que me trouxeram essa outra ampla percepção: e que essa “escrita seja o espelho/ [...] o discurso mais sincero, que a flamula verde e amarela/ não me ensinou entender”, declamaria Geni Guimarães. Olha, “você humanizou toda uma linhagem e é meu dever também humanizá-la e, ao contar a você um pouco do que aprendi, eu me humanizo também”²³. Quando escrevo, me reconheço em você, minha ancestral!

Uma pena você não ter estado aqui comigo no desfile da nossa Escola Mangueira em 2019, Preta!!! Que desfile garboso e elevado para nosso coração verde e rosa! Remetia a tudo que tô falando aqui com você. Vou cantando e deixando alguns versos para você cantarolar: *Mangueira, tira a poeira dos porões/ Deixa eu te contar/ A história que a história não conta/ Brasil, chegou a vez/ De ouvir as Marias, Mahins, Marielles, malês!* Lindo demais esse samba, Vó.

É isso: as coisas não estão fáceis pra gente não, vó. Mas a gente tem colocando a boca no trombone, um movimento negro educador²⁴ que nos possibilitou soltar a voz, sabe? Cansamos de nos colocarem rédeas, de amordaçar nossas vozes, de nos animalizarem. Aprendemos a língua dos colonizadores e a senhora bem sabe disso. Lhe deram um RG carimbado como analfabeta, mas quantas foram as noites que você ficou até tarde nos apartamentos ricos de Copacabana servindo as mesas e falando em francês?? Na verdade, aprendemos diversas línguas, aprendemos a ler e escrever pelos caminhos das senzalas e das cozinhas. O único jeito que eles acharam foi nos mascarar! Mas Conceição Evaristo já disse: as nossas vozes são fortes e estilhaçam as máscaras... ou algo assim. Minha Pretinha, preciso te mostrar a obra do artista plástico Yhuri Cruz. Ele compôs *Anastacia Livre*, livre e liberta de “um senso de mudez e de medo”, liberta de “um lugar de silenciamento e tortura”²⁵ ! Lembra de como você nos falava sobre o sofrimento dela? E vou te dizer, ficou linda. Bela igual você

²¹ Kilomba, 2019, p. 28.

²² Kilomba, 2019, p. 28.

²³ Ribeiro, 2021, p. 18.

²⁴ Gomes, 2017.

²⁵ Kilomba, 2019, p. 33.

naquela foto mais jovem e sorridente. Aliás, uma das poucas fotos que tenho com você sorrindo e de olhos brilhando. Essa:

FOTO 6 - Anastácia Livre



Fonte: <https://projetoafro.com/artista/yhuri-cruz/6->

FOTO 7 – Dona Carmem



Fonte: a autora, 1981

Queria terminar essa carta recitando um poema pra você, Vó. O poema se chama *Não vou mais lavar os pratos* da escritora e multiartista Cristiane Sobral ...me ouviu? Gostou? vou deixar um pedacinho dele aqui para você nunca mais esquecer: *não vou mais./ Resolvi ficar um tempo comigo./ Resolvi ler sobre o que se passa conosco.[...] Depois de tantos anos alfabetizada, aprendi a ler./ Sendo assim não lavo mais nada e olho a poeira no fundo do copo./ Vejo que sempre chega o momento de sacudir, de investir, de traduzir./Não lavo mais os pratos./Li a assinatura de minha lei áurea.*

Esse é meu presente pra você, minha avó querida, pois você tem o direito a esses versos da literatura-negra-feminina brasileira!!! Todo direito que lhe foi tirado, estou devolvendo através dessa carta. Te amo. Saudades eternas. Até um dia.

4 Aporte teórico-metodológico afromemorialístico

Após a introdução e o embasamento teórico, o capítulo 3 é subdividido em quatro cartas classificadas como afromemorialísticas por serem escritas por mim e “endereçadas” a minha avó materna, Carmelinda da Fonseca, a partir de nossas memórias negro-faveladas.

A metodologia utilizada pré-escrita foi o que, nas pesquisas com os Cotidianos, chamamos de metodologia do encontro: onde temos encontros cotidianos e conversamos *com*, praticando uma “escuta atenta” (Passos, 2014). Encontramos o outro e investimos “em uma escuta atenta das narrativas das experiências dos nossos interlocutores e interlocutoras,

posicionando-nos dialogicamente nessa relação” (Passos, 2014, p. 228). Tal metodologia foi usada como caminho para entender o processo negro-epistemológico da família, bem como suas vivências e experiências. Tais conversas não estão inseridas nesta pesquisa, mas foram pano de fundo para a escrita das cartas.

Um dos encontros se deu com tia Alina (87 anos de idade), a irmã mais nova por parte do meu avô e, logo, cunhada mais jovem de minha Pretinha. As irmãs de minha avó, infelizmente, são todas falecidas. Esta entrevista rendeu muitas histórias que mereceriam outro artigo ou talvez um livro. O que aprendi foi que minha avó, classificada por tia Alina como “uma jovem que adorava dançar (inclusive, foi nas gafieiras onde conheceu meu avô) e mudava de lar cada vez que se sentia desrespeitada”. Tal fato me surpreendeu, pois eu tinha a sensação que minha avó era uma mulher conformada. Não sabemos precisar qual o nível de desrespeito considerado pela minha avó para mudar de emprego, mas não posso deixar de observar a necessidade de manter seu espírito livre como Carolina Maria De Jesus narra em *Diário de Bitita* (livro em cujas páginas ela descreve como era explorada e descuidada andando de lar em lar para trabalhar como empregada doméstica, tendo, inclusive, sido acometida de feridas nas pernas, mesmo tormento pelo qual minha progenitora passou).

A descoberta de cartas (documentos de família juntamente com certidões e registros) também se deu pelo mesmo processo metodológico supracitado. Neste caso, aproveitei melhor as afromemórias de minha genitora, Anilinda da Fonseca, e de minha tia mais jovem, irmã de minha mãe, Genaina da Fonseca. Esta conversa com as jovens idosas se deu de forma informal e inusitada, pois não havia planejado descobrir tantos detalhes sobre a vida de minha avó materna. Divido este sentimento com a autora Eliane Alves Cruz ao escrever *Água de Barrela* (2016) onde ela se encontra com sua tia e desvenda tantas histórias conversando com sua familiar centenária, bem como ilustra seu livro com cartas descobertas em posse de sua família negra

Após essas conversas, teve início a escrita das cartas baseada no aporte teórico-metodológico da literatura-negra-brasileira (neste texto, majoritariamente, feminina) pensada como um direito que, na verdade, foi destituído da vida de Dona Carmen. As cartas trazem um emaranhado de autoras negras, bem como seus poemas e teorias com intuito de transmitir a minha avó um conhecimento literário não adquirido pelo fato dela não ter tido a possibilidade de frequentar escolas. Essa devolução literária seria um movimento pedagógico Sankofa.

Consequentemente, defino aqui o termo **Pedagogia Sankofa** como forma de multiplicá-

lo e colocá-lo em prática:

Etimologicamente, Sankofa pode significar tanto a palavra na língua Akan do povo Akan, que se traduz em português como “volte e pegue”, ou os símbolos Adinkras Axantis de um pássaro com sua cabeça virada para trás pegando um ovo de suas costas, quanto um formato de coração estilizado. É frequentemente associado ao provérbio: “se wo were fi na wosnkofa a yenki”, que traduzido para o português significa que “não é errado voltar atrás pelo o que esqueceste”. Transpondo o sentido semântico de Sankofa para a ancestralidade africana, significa que nunca é tarde voltar atrás e resgatar o que estava perdido. É a partir desta perspectiva hermenêutica que procuramos dar corpo ao projeto epistemológico de uma pedagogia Sankofa, cuja missão é resgatar a sabedoria impregnada na ancestralidade africana e restituí-la aos povos africanos do continente e da diáspora, possibilitando, desse modo, a redefinição de seu lugar de fala e sua localização psicológica. (Tavares, 2024, p. 274)

Tal pedagogia também foi posta em prática por mim na escola onde atuo no Complexo da Maré. Junto com meus estudantes, neste início de 2025, estamos produzindo diários discentes a partir da leitura de *Quarto de Despejo* (2014).

As fotografias inseridas se justificam dentro do próprio corpo das epístolas por mim redigidas. O intuito foi comprovar que processos de privação, dentro de uma sociedade racista, atravessaram toda a vida da minha progenitora. E, apesar da identidade nacional de minha avó documentada como analfabeta; sei que ela sorriu, aprendeu, amou, dançou, contou histórias, criou rimas, assinou seu nome, sobreviveu e viveu até os 81 anos de idade.

5 Desconsiderando uma conclusão

Este artigo exaltou ao longo de sua escrita inúmeras mulheres negras escritoras da literatura-negra-brasileira a partir de uma necessidade ainda presente, apesar de todos os avanços que fizemos, dessas autoras estarem presentes no nosso dia-a-dia. Principalmente, no que tange o apagamento daquelas que iniciaram esse processo de escrita. Cito como exemplos imprescindíveis: Maria Firmina dos Reis (escritora do primeiro romance abolicionista do Brasil) e Carolina Maria de Jesus (em minha opinião, uma escritora crítica e sociológica ácida da nossa sociedade), meus cânones literários *in memoriam*.

Minha necessidade de trazer essas escritoras não parte de pesquisa formal, nem quantitativa, muito menos tabelada. Parte de uma, digamos, pesquisa cotidiana de observação dos círculos sociais que frequento: casa de familiares, encontro com amigos e, principalmente, o corpo docente das escolas onde trabalhei e trabalho. O chão da escola deveria ser o ponto forte de discussão da literatura de mulheres negras no Brasil, principalmente quando se trata de autoras que estão publicando no momento: Conceição Evaristo, Geni Guimarães, Eliane Alves

Cruz, etc. E, quando uso a palavra discussão penso nela em ação, uma vez que a distribuição de livros literários tem, de fato, sido feita. Aliás, muito bem feita: é impressionante a quantidade de livros das mais variadas literaturas recebidas nas escolas municipais e estaduais no Rio de Janeiro.

Não cito essas redes escolares para negativar o processo, mas simplesmente por ser a realidade na qual atuo. Contudo, o que observo na prática, é uma deficiência na sua realização. Os poucos volumes de literatura negra, junto ao enorme montante de livros recebidos, tanto didáticos quanto paradidáticos, ficam esquecidos na poeira.

Um exemplo prático foi a disciplina *Clube de leitura*, uma das eletivas do Novo Ensino Médio. Venho ministrando-a com as turmas de ensino médio desde de 2022. Recebemos para esta disciplina (e para todos aqueles que desejaram usar na escola) um quantitativo do Programa Nacional do Livro Didático e este material vem com selo e ano da distribuição. Há uma quantidade que chega para apreciação, mas a escolha nem sempre é cumprida. Cada escola recebe uma leva. Já recebemos neste processo três livros diferentes de Conceição Evaristo, Jefferson Tenorio, Itamar Vieira Junior, etc. Quanto à literatura internacional, tivemos Buchi Emecheta e Octavia Butler. **Nunca** recebemos Carolina Maria de Jesus, mas fiquei sabendo por colegas de trabalhos que algumas escolas receberam *Úrsula e outras obras* da Edições Câmara. Depois da apreciação, pilhas de livros chegam à escola para serem distribuídos para os estudantes ou catalogados na biblioteca. Assim, fiquei estarrecida de ter recebido: *A revolução dos bichos*, *Vidas Secas*, *D. Pedro II: a história não contada*, entre outros. Reafirmo aqui que nada tenho contra os livros enviados, inclusive já li todos. Contudo, após a fase de apreciação, a literatura negra não chega em quantidade. É a comprovação de um racismo literário que continua a colocar de lado nossas produções culturais. Toda a literatura-negra-brasileira que citei neste artigo deveria ser obrigatória nas escolas. A crítica e o exercício do direito a essa literatura específica deveriam partir de nós, instituições escolares e profissionais da educação.

Apesar de o presente século ter desenterrado relíquias da literatura-negra-feminina, tais como Maria Firmina e Carolina Maria de Jesus, ainda procuramos espaço no mercado editorial construído sobre os pilares do racismo à brasileira. Além disso, há a constante busca dessas mulheres por brechas para coexistir com outros autores nos livros didáticos, paradidáticos, currículos escolares e etc. Penso, por exemplo, nas escritoras periféricas moradoras da Baixada Fluminense e das favelas cariocas – incontáveis potências, sem possibilidades de publicação,

cujas escritas mal conhecemos. Quer dizer, devemos lutar pelo direito à literatura negra como forma de nos compreender, bem como compreender o mundo e a nossa sociedade.

Não acho positivo citar, como vejo muitos mencionarem, que as leis 10639 e 11645 não surtiram efeito. Ao contrário, se recebo este material é certamente porque as modificações na LDB cumprem seu papel. Se enquanto professora atuo na disciplina *Clube de Leitura* trabalhando com autoras negras é por que a lei foi necessária e, de fato, funciona. Nossa necessidade agora é perceber que a mera distribuição de literatura não garante o direito à literatura negra, muito menos a sua discussão. Ou seja, precisamos de agentes para as obras circularem e serem lidas/interpretadas: nós, professores, e outros profissionais de educação no chão da escola comprometidos com um processo contínuo. Consequentemente, entendo a escola como a instituição primeira a ser responsável pelo acesso e discussão da literatura negra, principalmente a literatura-negra-feminina - um acesso para o povo e com o povo, para a periferia e com a periferia, para a favela e com a favela. Assim, ao invés de colocar para escanteio a literatura-negra-feminina, tal qual Carolina Maria de Jesus, deveríamos trazer inúmeras discussões críticas essenciais para a formação dos estudantes leitores do nosso país e para a construção de uma nova consciência racial e sócio-político-cultural incutida nessas obras.

Como uma ação a ser tomada, mais uma vez defendo o processo da Pedagogia Sankofa associado à literatura-negra-brasileira (veja o exemplo citado no capítulo anterior sobre produção de diários). Tal ação busca resgatar autoras brasileiras deixadas no passado e entrelaçar suas produções literárias ao atual levante da literatura negra no Brasil. Essa Pedagogia pode ser implementada por todos nós educadores, pedagogos, professores, cuidadores, secretarias de educação e suas repartições, etc. em diversos setores educacionais.

Finalmente, reafirmo a Pedagogia Sankofa por estar em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) em relação ao currículo da educação básica, assim como está em acordo com as leis que a alteram – Lei 10.639/03 (sobre a inclusão da história afrobrasileira) e 11.645/08 (sobre a cultura indígena), ambas essenciais para nós educadores atuando nas instituições públicas e/ou privadas. Ainda no que tange a legislação, essa pesquisa leva em consideração: a diversidade étnico-racial (observar Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil - DCNEI); o respeito aos valores culturais, artísticos e históricos das crianças e dos adolescentes (ver Art. 58 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), bem como a consciência político-histórica da diversidade e ações

educativas de combate ao racismo (notar os princípios das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-raciais - DCN EREER).

Aproveito para ressaltar: este artigo defende provocar formas outras de aprender e formar outras de perceber o mundo a partir dos processos ontológicos e epistemológicos das sujeitas-negras. Neste caso, sujeitas atuantes na literatura negro-brasileira desde Esperança Garcia e Maria Firmina dos Reis, passando por Carolina Maria de Jesus, e tantas outras produtoras de escritas negro-epistemológicas que re-organizam/ re-lêem/ re-estruturam nosso pensamento sócio-político cultural. Deixemos insurgir nossas escritas hoje e sempre!

REFERÊNCIAS

- ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para mulheres escritoras do terceiro mundo. In **Revista Estudos Feministas**, v.8 n.1, p.229-235, jan. 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880>. Acesso em 16 nov. 2024.
- BISPO, Nego. De Nego Bispo para a geração neta afrodescendente e afrodiaspórica. In **Cartas para o bem viver**. Suzane Lima Costa, Rafael Xucuru-Kariri (organizadores). 1. ed. Salvador: Boto-cor-de-rosa livros arte e café / paraLeLo13S, 2020.
- BRAND, Dionne. **Nenhuma língua é neutra**. Trad. Jade Medeiros, Lubi Prates. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023.
- BRAND, Dionne. Resenha dos livros *Translation into Fiction* (1984) e *Fables from the Women's Quarters* (1984), de Claire Harris. **Canadian Woman Studies/ Les Cahiers de la Femme**. v. 7, n. 1-2, 1986, p. 222-224. Disponível em <https://cws.journals.yorku.ca/index.php/cws/article/view/12581/11664> . Acesso em 2 jan. 2025.
- BRITO, Aline Regina Cardozo de. **Trajatórias de mulheres negras**: traduções transatlânticas entre mares e Marés. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. Rio de Janeiro, 209f. 2021.
- CANDIDO, Antônio. **O direito à literatura**. Disciplinas USP, 1988. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4208284/mod_resource/content/1/antonio-candido-o-direito-a-leitura.pdf. Acesso em: 18 dez. 2024.
- COSTA, Caroline. **A escrevivência como movimento necessário as pesquisas com os cotidianos pretos**. In XII Seminário Internacional As Redes Educativas e as tecnologias – tessituras de solidariedade e de convivência nos diferentes espaçotempos educativos. UERJ: Rio de Janeiro, 2024.
- CUTI, Luiz Silva. **Literatura negro-brasileira**. Sao Paulo: Selo Negro, 2010.
- DUARTE, Eduardo de Assis. **Por um conceito de literatura afro-brasileira**. Literafro, 2008. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/artigos/artigos-teorico-conceituais/148-eduardo-de-assis-duarte-por-um-conceito-de-literatura-afro-brasileira>. Acesso em: 20 dez. 2024.
- EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In **Escrevivência, a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**/ organização – Constância Lima Duarte, Isabella Rosado Nunes. 1. ed. Rio de Janeiro: MINA Comunicação e Arte, 2020.
- EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. 6. ed. Rio de Janeiro: Male, 2023.
- EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. **Scripta**, v. 13, n. 25, p. 17-31, 17 dez. 2009. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/4365>. Acesso em 2 jan.2025
- FERNANDEZ, R. A. Negritude obliterada nos poemas e na obra de Carolina Maria de Jesus. **Estudos Linguísticos e Literários**, Salvador, n. 59, p. 381–393, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/estudos/article/view/28883>. Acesso em: 26 dez. 2024.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento Negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In* **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Organização: Flavia Rios, Marcia Lima. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação** - episódios de racismo cotidiano. Trad. Jess Oliveira. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MIRANDA, Fernanda R. “Diário de Bitita” ou “Um Brasil Para os Brasileiros”: Pós-abolição e narrativa em Carolina Maria de Jesus. **Revista Athena**, [S. l.], v. 17, n. 2, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/athena/article/view/4408>.. Acesso em: 6 jan. 2025.

NASCIMENTO, Tatiana. Um mar que é ela, que escura, que amante: notas sobre a língua marcada de Dionne Brand (sob as bênçãos de Exu, Erzulie Dantor & Yemanjá). *In* BRAND, Dionne. **Nenhuma língua é neutra**. Trad. Jade Medeiros, Lubi Prates. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023.

OLIVEIRA, Kiusam de. Apresentação. *In* **Caixa preta**: 16 contos. 1. ed. São Paulo. Ed. da Autora, Edições Me Parió Revolução, 2023.

OYEWUMI, Oyeronke. Visualizando o corpo: teorias ocidentais e sujeitos africanos. *In* **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PASSOS, Mailsa Carla. Encontros cotidianos e a pesquisa em educação: relações raciais, experiência dialógica e processos de identificação. *In*: **Educar em Revista**. Curitiba: Editora UFPR, n. 51, jan./mar. 2014, p. 277 – 242.

RIBEIRO, Djamila. **Cartas para minha avó**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

TAVARES, Fernando Jorge P. Pedagogia Sankofa: Ensino de História e Culturas Africanas e da Diáspora Africana. **Capoeira – Revista de Humanidades e Letras**, Vol.9, Nº. 1, 2024. Seção Dossiê - Ensino de História nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa-PALOP. ISSN: 2359-2354. Disponível em: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/capoeira/article/view/1825>. Acesso em: 18 nov. 2024.

TRINDADE, Azoilda. Os valores afro-civilizatórios e a educação infantil: uma contribuição afro-brasileira. *In* BRANDÃO, A. P. TRINDADE, A. L. **Modos de brincar**: caderno de atividades, saberes e fazeres. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010. p.1-116.

WALKER, Alice. Em busca dos jardins de nossas mães. *In* **Em busca dos jardins de nossas mães**: prosa mulherista. Trad. Stephanie Borges. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

